

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da
audição regimental na Comissão Parlamentar de Defesa Nacional**

Assembleia da República, 23 de fevereiro de 2021

Muito obrigado, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados,

Desde a última audição regimental, o trabalho do Ministério da Defesa Nacional tem-se centrado em quatro temas, sobre os quais gostaria de partilhar algumas palavras:

- A **resposta à pandemia**, orientando a ação das Forças Armadas e assegurando a articulação com outros ministérios;
- A **Presidência do Conselho da União Europeia** cuja atividade, em matéria de segurança e defesa, tem sido muito intensa e já com resultados positivos.
- No desenvolvimento de um **conjunto de propostas de reforma do funcionamento das Forças Armadas**, cuja **aprovação dependerá da Assembleia da República**.

- E no trabalho sobre um apoio especial a Moçambique no âmbito do combate ao terrorismo.

Tenho vindo a informar esta **Comissão ao longo deste último ano sobre o contributo das Forças Armadas para o combate à pandemia, e agradeço o apoio unânime dado pela Comissão a este esforço.**

Quanto aos desenvolvimentos mais recentes, gostaria de salientar que em **matéria de saúde pública e gestão da pandemia, as Forças Armadas atuam em apoio e complementaridade ao Serviço Nacional de Saúde.** Não o substituem e não devem fazê-lo, e isto tem sido a linha de orientação clara desde o início.

Tem sido assim por exemplo no **apoio à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, na gestão de camas hospitalares, ou na elaboração do plano de operações para a ativação do Hospital de Campanha da Cidade Universitária de Lisboa, ou ainda no internamento médico.**

Relativamente ao **internamento**, gostaria de salientar o papel fundamental do **HFAR** que, em **Lisboa**, expandiu a sua capacidade para doentes COVID, **de 50 camas para 212, incluindo** 15 em Cuidados Intensivos para Covid e, no **Porto**, instalou mais 57 camas destinadas a doentes Covid em regime de internamento. **Em 21 de fevereiro estavam internados 98 doentes em Lisboa, incluindo 9 em UCI, e 11 no Porto.**

Destacaria também a expansão da **capacidade inicial de 30 camas**, no **Centro Hospitalar de Belém**, para **as atuais 90**. Já passaram por essa unidade hospitalar mais de 600 doentes, e hoje estão lá internados cerca de 70. Refiro ainda as **Estruturas de Apoio de Retaguarda** no Centro de Saúde Militar de **Coimbra**, na Base Aérea n. 11 em **Beja** e na Base Naval do **Alfeite** ou o apoio prestado pela Unidade de Saúde do Exército em **Évora**, que no seu conjunto permitiram aliviar os hospitais na zona Centro, em Lisboa e no Alentejo.

Este é um apoio que sei que os Portugueses apreciam e reconhecem, um apoio em regime de esforço extraordinário que foi dado no momento certo, no momento mais crítico para o nosso país, neste combate à pandemia.

Menciono ainda:

- o apoio no **transporte logístico**, abrangendo em especial os arquipélagos;
- os 803 militares empenhados nos **rastreios epidemiológicos**;
- Centenas de militares envolvidos no **apoio aos lares**, incluindo a **sensibilização e informação**, num esforço **pedagógico extremamente importante para podermos viver em segurança com este vírus**. Foram já visitados 2124 lares, de norte a sul do país, faltando apenas 38 para se completar esta ação.

Porventura um dos apoios mais mediáticos foi dado no âmbito da **Task Force do Plano de Vacinação**, com a **nomeação do**

Vice-Almirante Gouveia e Melo para coordenador da *Task Force*, numa evolução natural das funções que o Sr. Almirante já ali desempenhava, podendo ele contar com a **ativação do Estado-Maior da Força de Reação Imediata**, com 20 militares dos três ramos das Forças Armadas.

A Força de Reação Imediata já serviu o país noutros momentos de crise, como nos incêndios de 2017 ou na crise dos combustíveis de 2019, o que confirma a capacidade das Forças Armadas em responder, de forma rápida, eficiente e organizada, a crises e eventos inesperados.

No âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, uma das áreas que maior atividade tem registado é

o desenvolvimento da **Bússola Estratégica** – o documento que irá servir de guião operacional para os objetivos gerais definidos na Estratégia Global da União, de 2016.

Desde a apresentação, em dezembro último, da **Análise de Ameaças** – desenvolvida pelos serviços de informações dos Estados-membros – estamos agora empenhados na fase do chamado “diálogo estratégico”, tendo em vista consensualizar as principais linhas políticas da Bússola Estratégica entre os Estados-membros durante o primeiro semestre de 2021, com o objetivo de termos uma primeira versão do documento em novembro deste ano.

É importante combinar **pensamento estratégico** e **passos concretos** para responder às ameaças identificadas. Para isso, o Ministério da Defesa Nacional, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, tem **elaborado documentos informais de reflexão**, os quais, em conjunto com o chamado *Scoping Paper*, que é um esqueleto de documento feito pelo Serviço Europeu de Ação Externa, formarão a base das ideias a desenvolver na Bússola Estratégica.

Conto receber em Lisboa os Ministros da Defesa da UE, em **abril**, para **um workshop político de trabalho** e, assim, abrir caminho à redação do documento final.

Uma outra área com desenvolvimentos significativos é a da **Segurança Marítima**. O Conselho aprovou, em janeiro, o

Conceito de Presenças Marítimas Coordenadas e o Golfo da Guiné como a primeira Área Marítima de Interesse da UE – ou seja, o primeiro projeto piloto para esta nova abordagem. Com este mecanismo vamos procurar **articular a presença de meios navais nacionais ao nível europeu**, promovendo a **partilha de informação** e um **conhecimento situacional atualizado da região** mais afetada mundialmente pela pirataria.

Portugal continuará a promover este instrumento, designadamente através da **Missão Mar Aberto - na região a partir de março - a qual constituirá uma das primeiras Presenças Marítimas Coordenadas da UE**. Para além disso, nos contactos que mantemos com os nossos **parceiros**

africanos – outra prioridade da nossa presidência – encontramos-nos a **promover o entendimento partilhado deste instrumento e a sua maior articulação com a arquitetura de Yaoundé**, onde a Comissão Europeia é também um parceiro essencial dos Estados da região. **Estarei em princípio no Gana, no mês de maio, para promover as Presenças Marítimas Coordenadas com os parceiros da região, capitalizando a presença do um Navio Patrulha Oceânico da nossa Marinha, em articulação com a delegação da União Europeia no Gana.**

Continuamos a promover a segurança marítima no Atlântico no âmbito do ***Atlantic Centre***, com o **primeiro curso sobre segurança marítima no Golfo da Guiné** previsto para os dias,

11 a 14 de maio, nos Açores. Teremos **30 participantes** e contamos com **formadores de todo o Atlântico**. Esperamos no **dia 14 realizar ainda o evento da presidência para discutir estas iniciativas europeias e oficializar o *Atlantic Centre***.

Quanto às **relações UE-NATO**, tivemos já uma oportunidade de **reflexão com a nova Administração norte-americana, no âmbito da NATO**, onde as relações com a UE foram abordadas. **Tive oportunidade de destacar dois aspetos**: por um lado, a **importância central de assegurar uma maior cooperação e partilha de compromissos operacionais entre a NATO, a UE e a ONU**, tendo em conta o facto de cada EM ter apenas um conjunto de forças à sua disposição. Por outro lado, sublinhei que, embora a Aliança Atlântica seja o

elemento fundamental e decisivo da nossa segurança, a **identidade europeia de defesa pode e deve avançar, o que significa que a cooperação NATO-UE deve ser intensificada para promover maior coerência entre as duas organizações.**

Em concreto, estamos a trabalhar no domínio da **mobilidade militar, e no domínio das ameaças híbridas, com enfoque na cibersegurança, o combate à desinformação e a resiliência, incluindo em matérias ambientais, onde se incluirão as tecnologias disruptivas** e o seu impacto na defesa, discutidas num seminário com a Agência Europeia de Defesa, no Porto.

As prioridades estabelecidas no programa nacional, onde se inclui ainda a **economia de defesa europeia** e a

operacionalização do Fundo Europeu de Defesa, revelaram-se, portanto, acertadas e oportunas, com várias linhas de trabalho em curso em cada uma delas. **Infelizmente a reunião informal de Ministros da Defesa, prevista para o início de março, teve de ser adiada, devido à pandemia, para um momento posterior, em princípio, em finais de maio, em Lisboa,** para que Ministros, Comissão Europeia e Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança possam encontrar-se pessoalmente, incluindo o encontro com representantes africanos para fazer um ponto de situação sobre as missões militares da Política Comum de Segurança e Defesa no continente africano, bem como os novos instrumentos da UE para apoio à Paz e Segurança em África .

O meu terceiro e último tema prende-se com a intenção de avançarmos com uma proposta de alteração da Lei de Defesa Nacional e Lei Orgânica de Bases de Organização das Forças Armadas (LOBOFA). Este é um **objetivo enquadrado pelo Programa de Governo, visando adaptar as Forças Armadas para responderem a missões cada vez mais complexas, empregando eficientemente os recursos públicos** e no sentido de melhorarmos significativamente a nossa capacidade de pensar as Forças Armadas como um conjunto, e não apenas uma soma de três ramos.

Creio ser este um momento adequado para se avançar com esta reforma, seguindo no encaixe de reformas em 2009 e 2014. A atual estrutura está hoje já bastante desfasada das necessidades contemporâneas, e sobretudo não favorece a

gestão dos desafios das décadas de 20 e 30. Não é por acaso que todas as reformas do último par de décadas nos países aliados e parceiros da NATO e da União Europeia foram neste mesmo sentido, pela razão evidente de estarem confrontados com os mesmos desafios que nós temos pela frente. **O quadro internacional está a mudar muito rapidamente**, e temos de saber extrair as lições dessa realidade, Portugal precisa de Forças Armadas preparadas não só para hoje, mas para os tempos que vêm.

Não me irei alongar agora sobre esta temática porque ela será discutida em profundidade com os partidos e desde logo com a Comissão de Defesa Nacional. Quero, no entanto, assegurar que o meu objetivo é de obter um consenso o mais

abrangente possível para estas alterações na legislação da Defesa Nacional, nomeadamente a Lei de Defesa Nacional e a LOBOFA, à semelhança do esforço de abrangência que foi feito para a Lei de Programação Militar, a Lei de Infraestruturas Militares e o Estatuto do Antigo Combatente, todos aprovados com amplas maiorias na Assembleia da República.

Por fim, umas palavras sobre o nosso trabalho com Moçambique. Desde a última vez que cá estive, o Almirante CEMGFA fez uma visita a Moçambique, acompanhado por uma equipa técnica que ficou lá a trabalhar com os interlocutores moçambicanos. Fizeram bom progresso, apesar das circunstâncias muito difíceis, nomeadamente com

o falecimento do General Mussa, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas moçambicanas, o que representa naturalmente um abalo importante. Mas o trabalho continua, e a nossa expectativa é que começaremos a formação de forças especiais no mês de abril, provavelmente em duas localidades distintas do país. A parte moçambicana fará evidentemente a seleção dos formandos, e estou confiante que eles estarão em breve em condições de ajudar a restituir a normalidade e estabilidade ao seu país.

Sublinho apenas que o apoio português será ao abrigo da cooperação no domínio da defesa, e não de uma Força Nacional Destacada, e que o nosso trabalho será feito sempre

num diálogo muito estreito com as autoridades moçambicanas.

Muito obrigado e fico à vossa disposição.